



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Camara Municipal

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Concurso Público para Atribuição 1 (um) Espaço de Venda Ambulante na Nazaré	INFORMAÇÃO N.º: 306/DAF/2023
	NIPG: 9314/23
	DATA: 2023/06/12

DELIBERAÇÃO:

Deliberado em reunião de câmara realizada em/...../.....,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

DESPACHO:

Concordo.
Proponho a RC.
12-06-2023

Regina Piedade, Dra.
Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré

À Reunião
13-06-2023

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.
Presidente da Câmara Municipal da Nazaré

CHEFE DE DIVISÃO:

À Dra. Paula Veloso
Para inserir na "ordem do dia" da próxima
reunião da Câmara Municipal, conforme
Despacho do Sr. Presidente.
13-06-2023

Helena Poia

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

Cara Vereadora Regina Matos,

Conforme suas instruções, anexo os documentos que servem de base ao Concurso Público para atribuição 1 (um) Espaço de Venda Ambulante na Nazaré para que, reunindo a sua concordância, possam ser apreciados e votados pela Câmara Municipal.

À consideração superior.

12-06-2023

Helena Poia

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

A preencher pelos serviços

Registo n.º	/
Data	/ /
Funcionário	

CANDIDATURA AO CONCURSO PÚBLICO PARA ATRIBUIÇÃO DE ESPAÇOS PARA VENDA AMBULANTE

EXMO SR.
PRESIDENTE DO JÚRI

REQUERENTE

Nome					
Morada					
Freguesia		Código Postal	-		
NIF		NIC		Validade	/ /
Telefone		Email			
Forma de comunicação para efeitos de notificação	<input checked="" type="radio"/>	Telefone	<input type="radio"/>	Fax	<input type="radio"/>
		Email	<input type="radio"/>	Carta	<input type="radio"/>

REQUER

Pelo presente solicita-se a V.Ex^a, a atribuição dos seguintes espaços indicados por ordem de preferência:

Zona nº _____ Lugar Nº _____

Zona nº _____ Lugar Nº _____

Zona nº _____ Lugar Nº _____

Zona nº _____ Lugar Nº _____

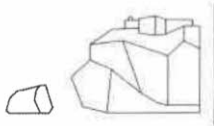
Zona nº _____ Lugar Nº _____

Zona nº _____ Lugar Nº _____

Zona nº _____ Lugar Nº _____

Zona nº _____ Lugar Nº _____

* Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se exclusivamente à gestão, divulgação e processamento dos serviços do Município. Os titulares dos dados podem aceder à informação que lhes respeite e solicitar por escrito a sua atualização ou correção.



CANDIDATURA AO CONCURSO PÚBLICO PARA ATRIBUIÇÃO DE ESPAÇOS PARA VENDA AMBULANTE

ANEXOS

Para o efeito anexa ao presente, os seguintes documentos:

- Comprovativo da submissão da mera comunicação prévia ou título de exercício de atividade
- Seguro de responsabilidade civil
- Declaração das finanças em como estão cumpridas todas as obrigações tributárias
- Declaração da Segurança Social em como estão cumpridas todas as obrigações legais
- Declaração de que a situação de permanência em Portugal está regularizada (quando aplicável)
- Registo criminal atualizado
- Declaração HACCP (se aplicável)
- Termo de responsabilidade de instalação de gás (se aplicável)
- Memória descritiva do posto de venda ambulante, que deve incluir a indicação do produto que se propõe vender, se possível, com fotografias
- Estrutura da equipa afeta à exploração, indicando o número de funcionários presentes no local
- Documentos que comprovem a antiguidade do tempo de venda no Concelho da Nazaré

Nazaré, _____ de _____ de _____

_____ o requerente

* Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se exclusivamente à gestão, divulgação e processamento dos serviços do Município. Os titulares dos dados podem aceder à informação que lhes respeite e solicitar por escrito a sua atualização ou correção.



NORMAS DO CONCURSO

CAPÍTULO I – DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O presente concurso visa a atribuição de título de ocupação do espaço público destinado à Venda Ambulante, no seguinte local na freguesia da Nazaré:
 - a) **Lugar n.º 1** da planta anexa ao presente Concurso, junto ao edifício conhecido como “São Miguel”.
2. As regras para o exercício da venda ambulante, os horários autorizados à venda ambulante, bem como as condições de ocupação do espaço, colocação dos equipamentos e exposição dos produtos terão de respeitar as disposições constantes do Regulamento de Comércio a Retalho não Sedentário do Município da Nazaré (Regulamento de Venda Ambulante).
3. A autorização para o exercício da atividade, consubstanciada na licença, obriga ao pleno respeito pelas condições expressas na dita licença (e que serão fixadas nos termos da legislação aplicável em vigor).

Artigo 2.º

Atividades permitidas

1. O local a concurso é destinado à atividade de restauração e bebidas não sedentária (Rouletes e street Food).
2. A licença a conceder respeita os fins anunciados neste concurso e, como tal, não permite a prática de qualquer outra atividade.

Artigo 3.º

Atribuição de Espaço de Venda

O espaço de venda será atribuído ao concorrente que ficar melhor pontuado, de acordo com o critério de adjudicação constante deste programa de concurso, conforme proposta subscrita pelo Júri nomeado pela Câmara Municipal.

**Artigo 4.º****Quem pode ser candidato**

Podem candidatar-se todas as pessoas singulares ou coletivas, nacionais e estrangeiros cuja situação civil e fiscal esteja regularizada.

Artigo 5.º**Documentos que acompanham as candidaturas**

1 - Para efeitos de candidatura para atribuição do título da utilização do espaço público para a venda ambulante, devem ser apresentados os seguintes documentos:

- 1.1. Formulário de candidatura ao concurso público para a atribuição de direito de uso de espaço para a realização de venda ambulante, dirigido ao Presidente do Júri, impresso próprio fornecido pela Câmara Municipal disponível no site www.cm-nazare.pt, devidamente preenchido;
- 1.2. Comprovativo da submissão da mera comunicação prévia, conforme previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 4.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comercio, Serviços e Restauração ou título de exercício de atividade emitido pela Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE);
- 1.3. Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, ou compromisso de a celebrar, logo que vença o concurso, cujo comprovativo poderá ser exigido, em qualquer altura, pelo Município da Nazaré e cuja falta determinará a extinção da licença;
- 1.4. Declaração das Finanças em como estão cumpridas todas as obrigações tributárias;
- 1.5. Declaração da Segurança Social em como estão cumpridas todas as obrigações legais;
- 1.6. Declaração de que a situação de permanência em Portugal está regularizada (quando aplicável);
- 1.7. Registo Criminal atualizado;
- 1.8. Declaração HACCP;
- 1.9. Termo de responsabilidade de instalação de gás (se aplicável);
- 1.10. Memória descritiva do posto de venda ambulante, que deve incluir a indicação do produto que se propõe vender, se possível, com fotografias;
- 1.11. Estrutura da equipa afeta à exploração, indicando o número de funcionários presentes no local;



Artigo 6.º

Local, prazo e modo de apresentação da candidatura

1. As candidaturas devem ser entregues no Gabinete de Relações Públicas (Receção) da Câmara Municipal da Nazaré, sito, na Avenida Vieira Guimarães, n.º 54, 2450-112 Nazaré; telefone: 262 550 010; Horário de Funcionamento: 8:30H – 16:00H.

2. As candidaturas serão entregues até às 16.00 horas do 5.º dia (útil), contado da data de publicação do aviso em Diário da República.

Artigo 7.º

Admissão e exclusão de Candidaturas

1. Serão admitidos os candidatos que tenham apresentado a sua candidatura de acordo com o previsto no presente concurso.

2. Serão excluídas as candidaturas, cujos candidatos:

- a) Tenham entregue a candidatura fora do prazo fixado;
- b) Tenham dívidas ao Município da Nazaré;
- c) Tenham plano de pagamento de dívidas em incumprimento;
- d) Se proponham à comercialização de produtos proibidos por Lei ou Regulamento;
- e) Não apresentem todos os documentos mencionados no artigo 5.º deste Programa de Concurso;
- f) Apresentem documentos com validade expirada.

Artigo 8.º

Critérios de ordenação dos candidatos

1. O critério considerado para a apreciação das candidaturas, é o seguinte:

$$\text{CFinal} = 60\% \times \text{AEA} + 40\% \times \text{APV}$$

Em que:

CFinal: Classificação Final

AEA: Número de Anos no Exercício da Atividade no concelho

APV: Avaliação do Projeto de Venda



2. Para efeitos do disposto no número anterior, os concorrentes serão ordenados segundo a classificação final obtida, por ordem decrescente, tendo por base os fatores indicados no presente artigo.

3. No caso de se verificar, um empate entre as candidaturas, será marcado dia e hora para sorteio público.

4. A atribuição de cotação será efetuada da seguinte forma:

i. Ao fator “Antiguidade de Exercício da Atividade” (**AEA**) será atribuída a cotação máxima (60%), ao candidato que exerce a atividade há mais tempo no concelho e aos seguintes candidatos aplica-se a proporcionalidade inversa;

ii. Ao fator “Avaliação do Projeto de Venda” (**APV**) será atribuída a seguinte cotação:

- a. Memória Descritiva Relevante (40%, consoante a zona a que se candidatou);
- b. Memória Descritiva Adequada (20%, consoante a zona a que se candidatou);
- c. Memória Descritiva Insatisfatória (0%).

Artigo 9.º

Bolsa de recrutamento

Não se constituem bolsas de recrutamento, pelo que, no caso de não existirem candidatos na bolsa de recrutamento, ou caso a mesma não tenha sido constituída, será obrigatório aguardar pela publicação de novo edital prevendo a atribuição de novos espaços.

Artigo 10.º

Título de ocupação

Será emitido alvará de licença, sendo que, o recibo de pagamento das taxas aplicáveis também constitui título do direito de uso do espaço público ou prática da atividade licenciada.

Artigo 11.º

Pagamento de Taxas

As taxas serão pagas diretamente na Tesouraria da Câmara Municipal da Nazaré, mediante guia a emitir no Balcão Único.



CAPÍTULO II – DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Artigo 12.º

Espaços de venda

O espaço destinado à venda ambulante é o constante da Planta, que pode ser consultada:

- a) No site da Câmara Municipal da Nazaré (em www.cm-nazare.pt); e
- b) No Gabinete de Relações Públicas (Receção) da Câmara Municipal.

Artigo 13.º

Condições do espaço de venda

1. O espaço de venda é disponibilizado nas condições físicas em que é levado a concurso, não podendo, no decurso do prazo de atribuição do espaço de venda, serem efetuadas quaisquer alterações ao espaço.

2. A ocupação do espaço de venda é circunscrita ao espaço do título de ocupação, com os limites aprovados com a decisão de adjudicação.

3. Além do vendedor ambulante, que deve exercer funções efetivas, pode trabalhar no espaço atribuído o respetivo cônjuge, ascendentes ou descendente em 1.º grau e os auxiliares autorizados e previamente comunicados à Câmara Municipal.

Artigo 14.º

Duração da Licença

A licença é emitida (será válida) para as épocas balneares 2023 e 2024.

Artigo 15.º

Horários de venda

Esta venda ambulante no Concelho de Nazaré, apenas pode ter lugar nos seguintes períodos e horários:

- Período correspondente às respetivas Épocas Balneares
- das 8.00 horas às 20.00 horas.

**Artigo 16.º****Direitos e deveres****1. Direitos e deveres gerais aplicáveis aos Agentes Económicos:**

A todos os agentes económicos assiste, designadamente, o direito de:

a) Serem tratados com respeito, o decoro e a sensatez normalmente utilizados no trato com os outros comerciantes;

b) Utilizar de forma mais conveniente à sua atividade os locais que lhe forem autorizados, sem outros limites que não sejam os impostos pela lei ou pelas presentes normas.

2. Os Agentes Económicos têm, designadamente, o dever de:

a) Se apresentar convenientemente limpos e vestidos de modo adequado ao tipo de venda que exerçam;

b) Comportar-se com civismo nas suas relações com os outros vendedores, entidades fiscalizadoras e com o público em geral;

c) Manter todos os utensílios, unidades móveis e objetos intervenientes na venda em rigoroso estado de apresentação, asseio e higiene;

d) Conservar e apresentar os produtos que comercializem nas condições de higiene e sanitárias impostas ao seu comércio por legislação e regulamentos aplicáveis;

e) Acatar todas as ordens, decisões e instruções proferidas pelas autoridades policiais, administrativas e fiscalizadoras que sejam indispensáveis ao exercício da atividade de feirante e de vendedor ambulante;

f) Declarar, sempre que lhes seja exigido, às entidades competentes o lugar onde guardam a sua mercadoria, facultando-lhes o respetivo acesso;

g) Afixar em todos os produtos expostos a indicação do preço de venda ao público, de forma e em local bem visível, nos termos da legislação em vigor;

h) Cumprir as obrigações legais previstas para a Autoridade Tributária (AT) no desenvolvimento desta atividade;

i) Deixar sempre, no final do exercício de cada atividade, os seus espaços limpos e livres de qualquer lixo, nomeadamente detritos, restos, caixas ou outros materiais semelhantes.

3. Dever de Apresentação de Documentos

Todos os agentes económicos, devem ser portadores, nos locais de venda, dos seguintes documentos:



a) Comprovativo da submissão da mera comunicação prévia, ou título de exercício de atividade emitido pela Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE), ou por outra entidade aplicável;

b) Faturas comprovativas das aquisições de produtos para venda ao público, nos termos previstos no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado;

c) Documento comprovativo da atribuição do espaço;

d) Documento comprovativo do pagamento das taxas devidas.

4. Dever de assiduidade

4.1 Cabe aos agentes económicos respeitar o dever de assiduidade, comparecendo com assiduidade aos locais nos quais lhes tenha sido atribuído o direito de ocupação de espaços venda;

4.2 Na venda ambulante, a não comparência, no local destinado, 5 dias consecutivos ou 10 interpolados deverá ser devidamente justificada, mediante requerimento por escrito dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.

4.3 A falta de justificação da não comparência é considerada abandono do espaço de venda ou atividade e, conseqüentemente, determina a caducidade da licença, mediante deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 17.º

Impedimentos

A Câmara Municipal de Nazaré reserva-se o direito de determinar a suspensão provisória de venda ambulante ou atividade licenciada, sempre que leve a cabo ações no âmbito das suas competências, que obriguem à ocupação dos espaços atribuídos, sem que do facto decorra a obrigação de devolução de quaisquer quantias monetárias recebidas.

Artigo 18.º

Proibições

É interdito aos agentes económicos, designadamente:

a) Estacionar na via pública, junto ou fora dos locais em que a venda fixa seja permitida, para exposição de artigos à venda;

b) Impedir ou dificultar, por qualquer forma, o trânsito nos locais destinados à circulação de veículos ou de pessoas;



- c) Lançar no solo quaisquer desperdícios, restos, lixos ou outros objetos suscetíveis de ocupar ou sujar a via pública;
- d) Proceder à venda de artigos nocivos à saúde pública e dos que sejam contrários à moral e aos bons costumes;
- e) Fazer publicidade sonora em condições que possam perturbar o sossego da população;
- f) Nos locais fixos, a instalação de quaisquer estruturas de suporte à sua atividade, para além daquelas que forem criadas e autorizadas para o efeito. O equipamento não poderá conter qualquer acessório para publicidade, excetuando-se publicidade institucional;
- g) Ocupar um lugar e ou área diferente daquela para a qual tenham obtido autorização para venda dos seus produtos.

Artigo 19.º

Resolução do contrato

1. O incumprimento de qualquer obrigação constante deste programa de concurso pode determinar a resolução do contrato, com audiência prévia do interessado, que poderá justificar a sua conduta ou corrigi-la, no prazo de 10 dias, contados da data da respetiva notificação.
2. Caso exista incumprimento das condicionantes da licença, não haverá devolução de valores previamente pagos, nem haverá nova emissão de licença, ficando impossibilitado de ocupar o lugar em causa.

Artigo 20.º

Caducidade da autorização

O exercício da atividade caduca por:

- a) De forma automática, com o decurso do prazo da Licença; e
- b) Por falta de pagamento das taxas aplicáveis, sendo esta caducidade declarada pela Câmara Municipal.

Artigo 21.º

Regime sancionatório

Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal por violação de obrigações legais, designadamente pela prestação de falsas declarações ou por apresentação de comprovativos falseados, é aplicável o regime sancionatório previsto no Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na redação atual.

